

Pesquisas sobre ampliação da jornada escolar nas dissertações no período de 2014 a 2016: principais tendências

Ana Lucia Ferreira da Silva/UEL
a.ferreira@uel.br

1 Introdução

Este trabalho visa apresentar resultados parciais de pesquisa que se propõe analisar dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas em programas de pós-graduação, com foco na ampliação da jornada escolar no período de 2007 a 2016 em universidades brasileiras. A pesquisa abrange dissertações de mestrado e teses de doutorado, mas, este trabalho tem como foco as dissertações no período de 2014 a 2016.

Justifica-se a importância deste estudo visto que o tema tem ocupado espaço nas políticas educacionais e tem preocupado profissionais que atuam na educação básica. Silva (2014) observa que a ampliação da jornada escolar ganha impulso no Brasil em especial pós reforma do Estado nos anos de 1990, após a promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988), da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996) que apresenta que a ampliação da jornada deverá ser feita pelas redes de ensino de maneira gradativa. Cabe destacar que a ampliação da jornada escolar no Brasil vem sendo direcionada a população vulnerável e, por sua vez, o tema tem sido atrelado à qualidade do ensino e sua defesa amparada em discursos que equivalem a ampliação do tempo à educação integral. Desta premissa advém o recorte deste trabalho que se propõe a analisar, nas dissertações de mestrado no período de 2014 a 2016 que tratam da ampliação da jornada escolar, como têm sido tratadas as questões subjacentes à esta política.

Trata-se de estudo bibliográfico amparado em análise de dados em abordagem qualitativa, respaldado na meta-análise, esta, de acordo com Torres e Lima (2017 *apud* Czernisz e Torres, 2021) torna possível a verificação dos aspectos qualitativos e quantitativos das pesquisas, considerando-se seu conteúdo.

Para o levantamento das pesquisas foi utilizado o descritor “ampliação da jornada escolar” e foi feito o refinamento de dados por meio do período (2014-2016). As dissertações passaram por uma seleção prévia e num primeiro momento foi feita a leitura do título, resumo e palavras-chave e quando as informações eram insuficientes, passava-se a leitura da Introdução do trabalho, dentre outras partes, sempre que necessário. Num

segundo momento, as pesquisas foram organizadas em quadros. A partir desses dados foi possível organizar em seis eixos: “Educação”, “Educação integral/Integrada”, “Política Educacional”, “Educação Integral e/ou em tempo integral”, “Escola de/em Tempo Integral” e “Formação continuada de professores [e tempo integral]”. Num terceiro momento foram privilegiadas as análises a partir de categorias estabelecidas: foco da análise, percurso metodológico e os resultados. Com a organização dos dados levantados, primeiramente por meio de quadros e posteriormente em relatórios, passou-se a discutir as tendências das pesquisas.

2.1 Ampliação da jornada escolar no Brasil

Os debates relativos a ampliação de jornada escolar nas escolas públicas e a demanda por instituições de período integral têm sido balizadas pela condição de pobreza e vulnerabilidade social e a análise de Guará (2009) assevera que tais aspectos compõem o cotidiano de crianças e adolescentes que vivem nas periferias e enfrentam diferentes formas da violação de direitos em detrimento do que estabelece o ECA (BRASIL, 1990) no sentido da proteção integral e adverte que a educação em tempo integral é pensada como alternativa de equidade e de proteção para os grupos mais desfavorecidos da população infanto-juvenil. Libâneo (2012) assinala que um traço tem sobressaído, qual seja, a dualidade relativa a uma escola do conhecimento para os ricos e uma escola do acolhimento social para os pobres e critica o processo de precarização dos processos de ensino e aprendizagem de conteúdos formais nas escolas públicas.

Para Cavaliere (2014) a ampliação da jornada escolar pela anexação de um turno adicional entendido como “complementar”, distinto do tempo regular e destinado a alguns alunos pode não significar um passo na direção da melhoria da qualidade da educação, corroborando a preocupação apresentada por Libâneo (2012), na perspectiva da escola do acolhimento social.

A análise da produção das pesquisas de mestrado propicia o aprofundamento de reflexões sobre a constituição de um campo de conhecimento e seu desenvolvimento, permitindo identificar como se encontra no período estudado.

2.2. Escola pública e ampliação jornada da escolar: o que mostram as pesquisas

Apresenta-se alguns dados e destaca-se a parcialidade dos mesmos e a justifica-se em razão de que o levantamento produziu um volume importante de dados, soma-se

a este aspecto a complexidade que abarcam. No portal da Capes entre os anos de 2014 a 2016 foram identificadas quarenta e nove (49) pesquisas, já no portal da BDTD foram localizadas vinte e seis (26), num total de setenta e cinco (75) trabalhos.

O eixo “Educação integral e/ou em tempo integral” foi o que concentrou a maior parte dos trabalhos, quarenta e cinco (45) no total. Destaca-se neste eixo estudos com o foco na política de educação integral em análises sobre implantação ou implementação dessa política na escola. O eixo “Educação Integral/Integrada” não registrou trabalhos. O eixo “Escola de/em tempo integral” registra total de 07 trabalhos. O eixo “Educação” registrou três (03) trabalhos. O eixo “Política Educacional” registra total de 12 trabalhos. O eixo “Docência/Formação continuada de professores [e em tempo integral]” registra total de 03 trabalhos.

A Categoria Foco da Análise apresenta como destaque estudos com foco de análise na rede municipal, vinte e um (21) e com o foco em escola na rede estadual, menor número, no total dez (10). Duas (02) pesquisas se debruçaram sobre as duas redes (municipal e estadual). Destaca-se também que duas pesquisas tiveram as escolas do campo como foco de sua investigação e um estudo analisou a relação entre o público e o privado na implementação da política de educação de tempo integral em uma rede pública estadual. Também se destacam estudos que se ocuparam em analisar o Programa Mais Educação trinta (30) trabalhos e sobre o tema gestão, cinco trabalhos foram localizados.

A partir dos aspectos tratados nas pesquisas, a educação integral sugerida em propostas de ampliação da jornada escolar se constitui como preocupação dos pesquisadores. A maior parte dos trabalhos teve como foco a política indutora do governo federal de promover a educação integral em tempo integral por meio do Programa Mais Educação.

3 Considerações Finais

Parte-se da compreensão de que as pesquisas, mesmo partindo de um mesmo descritor apresentam particularidades no que se refere a análises, as quais incluem desde propostas de escolas de tempo integral promovidas por redes municipais ou estaduais, a implementação de programa federal de fomento a ampliação da jornada em diferentes estados brasileiros. Tais particularidades envolvem as redes públicas, sendo possível inferir que o tema tem inquietado pesquisadores, levando-os em suas

trajetórias a definição sobre tema, foco do estudo, metodologias, procedimentos, referenciais teóricos em conformidade as características das realidades pesquisadas.

A política de ampliação da jornada escolar se configura como um campo em construção, em especial no se refere a proposição de oferta de educação integral em uma escola pública de tempo integral. Por fim, a política de ampliação da jornada escolar é tema que embora venha se firmando e expandido enquanto área, carece de mais estudos e aprofundamentos, visando sua consolidação enquanto área.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 20 jan 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8069 de 1990 e suas alterações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso 20 de jan 2023.

CAVALIERE, Ana Maria. **Escola pública de tempo integral no Brasil: filantropia ou política de estado?** Educ. Soc., Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1205-1222, out.-dez., 2014.

CZERNISZ, E. C. S.. TORRES, L. L. Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica. **Actas Completas da Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica**. [recurso eletrônico] / Thiago S. Reis (org.). – Porto: Editora Cravo, 2021. (p. 526 a 536). Disponível em: <http://jvipc.pt/publicacoes/>. Acesso 05 de fev 2023.

GUARÁ, Isa Maria F. R. **Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola**. Em Aberto, INEP. Brasília, DF, v. 22, n. 80, p. 65-80, abr. 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola de conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.